



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

“BAÍA DA PETROBRÁS”: CONFLITO AMBIENTAL NA BAÍA DE GUANABARA (RJ) NO LIMIAR DO SÉCULO XXI

Pedro Henrique C. Torres (IPPUR/UFRJ) - pedrohtorres@yahoo.com.br

Historiador; mestrando em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ)

Raquel Giffoni (IPPUR/UFRJ) - pedrohtorres@yahoo.com.br

Socióloga; Mestre em Sociologia (UFRJ)

Introdução

O objetivo deste estudoⁱ é problematizar a visão hegemônica corrente seja da mídia, do senso comum ou mesmo da academia, sobre os impactos da exploração do Petróleo e Gás no Estado do Rio de Janeiro do século XXI.

Em um Estado que passou décadas em decadência econômica e busca sua recuperação o Petróleo, e, sobretudo os *royalties* passíveis de serem obtidos a partir de sua exploração, são vistos por governos (das três esferas), empresários e mídia como uma grande redenção da população fluminense rumo ao *desenvolvimento*.

Pouco se discute, no entanto, os riscos, os impactos e conflitos ambientais decorrentes desse tipo de exploração. E, mais do que isso, não se consideram alternativas possíveis que poderiam ser buscadas para promover no Estado um *outro desenvolvimento*.

Inserido no campo do planejamento urbano e buscando refletir sobre os conflitos ambientais dentro deste contexto, o presente trabalho é fruto de mais de dois anos de pesquisa e interesse em relação aos impactos ambientais e a conseqüente degradação da Baía de Guanabara no Rio de Janeiro, sobretudo a partir do aumento das atividades relacionadas ao setor do petróleo e gás na região, na passagem do século XX para o XXI.

A idéia é expor um evento recente, no município de Magé, em que pôde-se verificar a presença de distintos atores presentes neste território, no qual a disputa pelos recursos naturais, ou os agravos ambientais causados por grandes empresas, resultaram em impactos diretos sobre a população local. E ainda refletir sobre a escolha localizacional do município de Itaboraí, na Baía de Guanabara, para a construção do maior empreendimento da história da Petrobrás: o COMPERJ.

Trata-se de uma realidade na qual precisamos focar mais atenção, sobretudo em momentos de euforia, para o grande crescimento da exploração do Petróleo e Gás e toda cadeia produtiva envolvida no processo, desde a perfuração dos poços, do impacto aos ecossistemas marinhos, do aumento da emissão de gases poluentes, do estímulo ao uso de combustíveis fósseis, a especulação imobiliária da região, a explosão demográfica – e desordenada – de municípios atingidos pelos empreendimentos e a dependência da economia do Rio de Janeiro a uma matriz energética não renovável e poluente, quando se deveria, por exemplo, buscar-se uma diversificação econômica no Estado.

Parte do interesse pelo assunto surgiu no primeiro semestre de 2008 quando concluí o “Curso Internacional de Responsabilidade Social Empresarial e Pacto Global da ONU”, promovido pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat), na Universidade Federal Fluminense.

O objetivo do curso era o de mostrar a pertinência dos municípios que sofrerão, ou já sofrem, qualquer impacto com o início das construções do Complexo Petroquímico da Petrobrás (COMPERJ) em adotarem as “boas práticas”, “as metas do milênio” e o mais importante – ou mais enfatizado – a chamada “Agenda 21 local”ⁱⁱ.

A UN-Habitat tem uma sede em Niterói, realiza uma série de pesquisas e indicadores e monitora o crescimento dos referidos municípios, além de oferecer capacitação e cursos para lideranças e para a população localⁱⁱⁱ.

Mas, durante o curso, a ausência da crítica, camuflada pelo discurso da “responsabilidade socioambiental” me chamou muito a atenção, além da magnitude do Complexo, o maior empreendimento da história da Petrobrás.

O desenvolvimento regional diretamente ligado à indústria do petróleo e gás parecia uma dádiva^{iv} que deveria ser comemorada pela população fluminense (e, até, brasileira) sem qualquer questionamento sobre seus objetivos, impactos ou alternativas.

O discurso da Responsabilidade Socioambiental é reafirmado seguidamente no Relatório de Impacto Ambiental do empreendimento^v, quanto em qualquer outro documento oficial da Petrobrás em relação ao Complexo. E assim foi também durante todo o curso promovido pela UN-Habitat.

No entanto é imperativo perceber as diferenças entre as intenções – o que norteia, na teoria, a estatal – e as realidades locais que já vêm sofrendo profundas alterações desde o anúncio das obras.

Quais os impactos da construção do maior empreendimento da história da Petrobrás em um ecossistema já profundamente degradado? Quais as transformações socioeconômicas, e culturais, na vida da população local impactada pelo projeto? Quais os critérios para a escolha do local das obras? Por que a opção pelo “desenvolvimento” como um processo entrelaçado aos investimentos da indústria Petroquímica? A população local está sendo absorvida em relação à oferta de trabalho como pretendia a Petrobrás no início das obras? Quais os conflitos ambientais já registrados até o presente momento, poucos anos antes da inauguração do Comperj?

Essas são perguntas que permanecem sem respostas (ou com respostas evasivas) por parte dos representantes da Petrobrás, poder público e até para os estudos na academia, com uma ou outra exceção, em relação ao assunto – a maioria deles focados ou nas benesses que o dito desenvolvimento está trazendo para o estado do Rio de Janeiro, e para o país, ou, por outro lado, na questão demográfica dos impactos urbanos dos municípios atingidos.

Apesar dos esforços tanto da Petrobrás, quanto da UN-Habitat para desenvolver programas que buscassem uma maior integração entre os moradores das cidades impactadas pelo Comperj no processo decisório com fóruns e agendas participativas conjuntas, além de tentar empregar a mão de obra local na construção, e principalmente, no empreendimento pronto, o registro que pude obter a partir de trabalhos de campo e relatos de moradores mostraram uma outra realidade.

Tendo acompanhado, desde o segundo semestre de 2008, o Fórum Comperj, criado pelo do Decreto Estadual N. 40.916. de 28 de agosto de 2007, e a Agenda 21 local dos municípios da região, além de realizar, entre agosto e setembro de 2009, um trabalho de campo no município de Magé, posso afirmar que os resultados, até o momento, não são nada animadores para uma parte da população local diretamente afetada pelo empreendimento.

O presente trabalho pretende debater duas realidades sócio-territoriais envolvidas nesta conjuntura: Itaboraí e Magé. Seu objetivo é expor a vulnerabilidade de um território degradado como pólo de atração para grandes empreendimentos do setor do petróleo e gás na Baía de Guanabara.

A ausência de uma economia dinâmica e a dependência do Estado ao combustível fóssil, amplamente amparado pela grande mídia e grandes empresas, cria pré-condições para que haja uma neutralização do debate ambiental crítico em relação ao desenvolvimento da econômica do Rio, sobre outro direcionamento. Hoje cerca de 18% do PIB fluminense é proveniente da exploração do Petróleo e a tendência é que com a exploração da camada pré-sal este número aumente.

É fundamental analisar a escolha do município de Itaboraí para a construção do Comperj, em um território vulnerável e já degradado. Verificar o atual estágio das obras do empreendimento, que abrange e impacta inúmeros municípios, não só do entorno do Complexo, mas de todo o percurso desde Campos, de onde sairá o petróleo, até seu destino final, a Reduc, através de gasodutos e oleodutos cruzando (através de Magé) a Baía de Guanabara. E por fim registrar que, mesmo antes da implantação do COMPERJ, já

existem conflitos e transformações no território em discussão que precisam ser expostos e analisados.

1. Itaboraí: vulnerabilidade do território entre o urbano e rural na região metropolitana do Rio de Janeiro

É fundamental entender as peculiaridades que diferenciam o município de Itaboraí das cidades do leste fluminense - como Niterói, Maricá, São Gonçalo, Magé etc - e mais ainda das do norte – todas impactadas pelo empreendimento do COMPERJ^{vi}.

Além de se situar em um local que podemos denominar como *franja urbana, espaço peri-urbano* (SINGER: 1973), interessante observar como Itaboraí é ao mesmo tempo próximo e distante da capital do estado. O município se encontra na faixa de transição entre o campo e rural, com uma população de maioria pobre, baixa escolaridade, alto índice de desemprego, sendo 2234^a posição entre 5507^o municípios no índice de IDH (0,737) e a 66^a posição entre os 91 municípios do estado^{vii}. Se levarmos em conta apenas a região metropolitana do Rio a cidade ficaria em 13^o entre os 16 municípios.^{viii}

Segundo números da Fundação CIDE, o PIB municipal concentra-se na área do comércio e serviços (74,39%), indústria (25,39%) e a agropecuária (0,22%). Itaboraí participa com 0,33% do PIB estadual e com 0,49% do PIB da Região Metropolitana. Ainda segundo dados da Fundação, no setor primário o cultivo de laranja, limão e tangerina são seus principais produtos agrícolas. No secundário, produtos de minerais não metálicos representam 66% do total da indústria de transformação.

Principais Atividades Econômicas:

- . Manufatura cerâmica (decorativa e utilitária);
 - . Fruticultura;
 - . Agricultura de subsistência;
 - . Apicultura;
 - . Pecuária extensiva;
 - . Extrativismo mineral;
- . Setor terciário (comércio e serviços).

Esse é o cenário ideal para a implantação de um mega empreendimento? Sim. A escolha estratégica pela cidade, que apresenta estas características socioeconômicas soma-se ao fato de estar, volto a insistir: longe e perto da cidade do Rio de Janeiro.

Segundo Fernanda Sanchez (2007 e 2009), buscando analisar a preferência da estatal pela cidade, “a escolha locacional do município de Itaboraí foi fundamentada pela Petrobrás em estudos preliminares de aspectos técnicos, econômicos, ambientais e sociais, procurando mostrar sua viabilidade por anos e prevendo expansão.”

Devemos perceber que a cidade apresenta algumas “vantagens” em termos da infraestrutura de sua localização:

- a) Pequena distância para o município do Rio de Janeiro (40km);
- b) Fica a 103 km do Porto de Itaguaí;
- c) Próximo as Plantas Petroquímicas da Rio Polímeros e de Suzano – 50 km;
- d) 38 quilômetros do CENPES – Centro de Pesquisa da Petrobrás
- e) Proximidade com a Reduc – no município de Duque de Caxias – 50km.

E ainda vantagens em termos da *vulnerabilidade do território*, ou seja, um território com grande número da população desempregada ou ganhando baixos salários, área sem histórico de grandes lutas ou mobilizações sociais/sindicais, distante da grande mídia, sem políticos influentes no cenário regional ou nacional, região altamente degradada por sucessivos acidentes ambientais (além do problema de saneamento básico e do lixo) com grave consequência para o ecossistema: ideal para o capital explorar os recursos naturais.

No atual debate acadêmico sobre o conceito de vulnerabilidade podemos registrar um grande uso por médicos e profissionais da saúde, que tentam expor a vulnerabilidade como a variável relativa aos perigos da população aos danos, sobretudo tóxicos, gerados principalmente por atividades industriais, ou mesmo hospitalares – como os lixos de hospitais.

Nesse sentido a vulnerabilidade está diretamente ligada ao grau de exposição que cada sociedade, a partir de seu território, tem em relação aos agravos. Partilho da tese apresentada por Henri Acselrad de que são as populações mais pobres que estão mais propensas aos riscos ambientais, e que a “imposição desproporcional de riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais, tem sido consagrado o termo injustiça ambiental. Como contraponto, cunhou-se a noção de Justiça Ambiental”(ACSELRAD:2009).

Onde fica o lixão do Rio de Janeiro? No Leblon? Na Zona Sul? Na Barra? Não, em Gramacho – município de Duque de Caxias. E as barragens para a construção de hidroelétricas Brasil afora? E as extensas áreas para instalação da atividade mineradora? E a exploração de urânio na Bahia? Há uma lógica de interesses e de conflitos no seio da apropriação dos recursos naturais pelo capital que são antagônicas, portanto de classe, na escolha localizacional/territorial de um empreendimento.

No meu entendimento, pensando a noção de território como uma área de disputas de poder e, portanto, conflitos, a vulnerabilidade precisa ser vista como uma construção histórica, um processo. Nesse sentido a *vulnerabilidade de um território*, será definida não só por dados técnicos de infra-estrutura (ou ausência dela), ou pela maneira de se calcular um risco, um agravo a que aquele local está suscetível.

Mas pelo conjunto de fatores, dentro de um processo histórico, que determina condições específicas de uma localidade a ter uma realidade de injustiça social, ter recursos naturais que interessem a apropriação e reprodução do capital e ao mesmo tempo poder servi-lo com uma infra-estrutura mínima para o funcionamento desta engenharia.

Mais uma vez vale reiterar que essa escolha nunca é ingênua, e no caso apontado sequer contou com a participação da sociedade. Segundo Giuliani (2007):

“a presidente da associação civil sem fins lucrativos, Instituto Baía de Guanabara, engenheira química Dora Negreiros, expressou medo pela desordem urbana que poderá ocorrer na região. Também, o Conselho Gestor do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense, em duas reuniões ordinárias (em 01-10-07 e 17-03-08), posicionou-se contrário à instalação do complexo petroquímico na localidade decidida pela Petrobras e o Governo Federal e, no mesmo sentido, o Conselho Gestor da Apa de Guapimirim, em reunião ordinária (em dezembro de 2006) já havia expresso uma igual posição.

É nessa conjuntura, e nesse município, em que está sendo construído o COMPERJ. O empreendimento é o maior pólo petroquímico da história da Petrobrás e processará o petróleo pesado, sobretudo vindo da bacia de campos, transformando em derivados do combustível fóssil.

Durante o percurso do óleo, por rodovia ou ferrovia, são 230 km de distância do norte ao leste do Estado do Rio Janeiro. De Itaboraí a Reduc, Refinaria da Petrobrás em Duque

de Caxias, são mais 65 km – trajeto que pode ser mais curto a partir da inauguração dos dutos submarinos cruzando a Baía de Guanabara e que estão com as obras em andamento.

Anunciado publicamente no mês de março de 2006, e com o lançamento da pedra fundamental no dia 14 de junho - com a presença do Presidente Lula - o Comperj chegou para colocar o Estado do Rio de Janeiro, já abastado pelo crescente aumento da indústria petrolífera, como um dos principais pólos do setor petroquímico da América Latina.

O mito do desenvolvimento econômico e as propagandas de geração de emprego e renda acompanharam o anúncio oficial da empreitada, trazendo grande expectativa para população do município e de cidades vizinhas.

O desenvolvimento em questão – celebrado pelo poder público (seja ele municipal, estadual ou federal) e pela iniciativa privada - significa o aumento do número de empregos e oportunidades que serão criadas direta e indiretamente até o final da construção em 2012: cerca de 200 mil nos cinco anos da obra, e, 50 mil quando pronta. Há ainda a promessa da Petrobrás e do prefeito atual de dar preferências aos moradores de Itaboraí.

Mas o que significa um município de apenas 200 mil habitantes receber o maior empreendimento da história da Petrobras, com geração de emprego igual ao total de sua população? Por que a escolha de Itaboraí como sede? Como estão configuradas as classes sociais neste território? Qual (ou quais) objetivo da Petrobrás em afirmar e reafirmar o caráter *sustentável* do mega empreendimento?

Os primeiros momentos que sucederam a escolha da cidade para sediar o empreendimento revelaram o nascimento de uma luta simbólica que desde então passou alimentar a vida política do município. De um lado, os políticos locais buscando, de um jeito ou de outro, comprovarem o paternalismo da empreitada garantindo assim o sucesso nas campanhas eleitorais (CASTRO: 2008). E de outro a iniciativa da própria Petrobrás, através do “Plano de Relacionamento do Comperj^{ix}” de manter um canal direto com a população, com o discurso do desenvolvimento sustentável.

É preciso situar a escolha pelo município com a conjuntura política do período marcado por intenso debate e oposição entre Rosinha Garotinho – na época Governadora do Rio e com base eleitoral (ligada principalmente ao marido Antony Garotinho) histórica em Campos – e o presidente Lula.

A cidade do norte fluminense talvez fosse à aposta lógica para a construção do Comperj; uma vez que é de lá que sai o petróleo a ser utilizado na transformação do óleo pesado em produtos petroquímicos. Mas certamente não seria interessante ter, em reduto

oposicionista do Presidente da República, a produção de mais recursos e investimentos – vale lembrar que Campos recebe a maior parte das verbas oriundas dos royalties de Petróleo produzido no Estado.

Somado a este fato político, com igual ou maior importância, está o porquê da escolha de um município que tem por característica estar próximo do centro (no caso a cidade do Rio de Janeiro), mas ao mesmo tempo estar muito longe dele.

Como esta localização foi definida? Por que não localizar este empreendimento próximo ao campo de extração do Petróleo na Bacia de Campos? Quais seriam as localizações que poderiam servir como alternativas?

Tem crescido enormemente o interesse da academia em se estudar o Comperj. Mas o foco, o recorte e, sobretudo a abordagem tem sido das mais variadas formas: abordagem antropológica, crescimento demográfico, conflitos ambientais, desenvolvimento regional, infra-estrutura urbana, entre outros.

A urbanista Fernanda Sanchez^x tem realizado grande contribuição ao estudo crítico do empreendimento e seus desdobramentos. Sendo importante ressaltar os dois últimos trabalhos apresentado nas duas sessões (2007 e 2009) da ANPUR pela professora: O leste fluminense e o Comperj: atores, consensos e conflitos num território em transformação; Atores, projeto regional e uma nova perspectiva de territorialização frente à chegada do COMPERJ.

Teme-se que com a vinda do Comperj, a exposição desta população já atingida por agravos e danos ambientais gravíssimos, seja ainda maior. Não só pelas possibilidades de acidentes, mas pela atração populacional – atrás do sonho de emprego e melhor renda – com conseqüente crescimento desordenado da cidade e grande obras de infra-estrutura, que impactam a subsistência da população local.

Em Itambí, por exemplo, onde grande parte da população vive da pesca e da captura de caranguejo, na Apa de Guapimirim, parte desta área será destinada às obras – já em andamento (embora freqüentemente paralisadas pelo TCU, por suspeitas de irregularidades; e pelo próprio Governo do Estado por questões ambientais) do Arco Rodoviário Metropolitano do Rio de Janeiro.

Ainda em sua análise Giuliani afirma que:

“o analista do IBAMA, Alfredo Barros (2007), já havia expresso suas preocupações quanto à falta de planejamento integrado em relação ao fornecimento de água e destinação dos efluentes. Entretanto, os sistemas de fornecimento de água e destinação dos efluentes irão ter processos de

licenciamento ambiental separados. A FEEMA concedeu a licença previa mesmo sem uma definição de onde o Comperj irá se abastecer da água que necessita, nem de onde os efluentes líquidos serão despejados. A este respeito, cabe ressaltar que, não somente todos os licenciamentos necessário para os sucessivos novos empreendimentos que venham a instalar-se na região, serão avaliados singularmente, mas as próprias atividades do Comperj serão licenciada individualmente, já que o processo de licenciamento ambiental do projeto foi fracionado em 50 partes e cada atividade terá uma licença própria. Considerando a escassez de água nesta região e a fragilidade do ecossistema da Baía de Guanabara, causa muita preocupação também a própria construção física do Comperj, somada às construções de todas as outras indústrias que poderão vir e dos assentamentos humanos que poderão atrair. Prevê-se que estas intervenções comprometerão de forma significativa o futuro estado das bacias de drenagem da região. a pavimentação de vastas áreas da região, hoje aluvionais, ameaça seriamente a capacidade das bacias de drenagem de recolher água suficiente para abastecer os rios da região.

2. Pesca artesanal e conflito ambiental na baía de Guanabara: o caso de Magé-RJ

“As políticas de localização de grandes empreendimentos, de fábricas poluentes e infra-estruturas perigosas costumam penalizar em particular as áreas de residências de populações mais despossuídas. A legislação ambiental de controle do uso de recursos naturais, por outro lado, é mais rigidamente aplicada quando se trata de pequenos agricultores, pescadores e extrativistas do que quando se trata do agronegócio e das grandes corporações industriais.” (ACSELRAD, MELLO E BEZERRA: 2009)

Em Maio de 2009 a morte de Paulo César Santos Souza, tesoureiro da Associação de Moradores Homens do Mar, após travar inúmeras batalhas com as empresas responsáveis pela instalação de óleo e gasodutos na Praia de Mauá (município de Magé, Rio de Janeiro), nos chamou atenção.

A luta dos pescadores artesanais ligados a Associação tinham como principal objetivo questionar os relatórios de impacto e licenciamento ambiental, lembrando que se tratava de uma área já degradada^{xi} e que sofreria ainda mais agravos ambientais diretos em sua principal atividade econômica.

Os ânimos se acirraram culminando com uma manifestação nos canteiros de obras, no dia 16 de maio, que terminou em confronto entre policiais e pescadores^{xii}.

O assassinato de Paulo César Santos Souza aconteceu um mês após o atentado ao presidente da Associação, Alexandre, no canteiro das obras. O crime está sendo investigado pela 66ª DP de Piabetá, mas o caso mereceu atenção também do Ministério Público Federal, que entrou com uma ação para investigar o ocorrido.

Segundo relatório apresentado pelo Ministério Público Federal, e pelas denúncias registradas por jornais na época (Globo e Brasil de Fato) havia forte indícios, e/ou especulação, de que o crime teria sido encomendado por alguém ligado à concessionária responsável pela obra que implementava tubos na praia, atrapalhando – até mesmo impedindo – a atividade pesqueira na região.

Outra versão apresentada na época^{xiii} apontava para possível ligação do próprio presidente da Ahomar no crime, uma vez que haveria disputas internas sobre como deveria ser o relacionamento com a concessionária.

Entre os meses de agosto e setembro, quatro pesquisadores – Pedro Henrique Torres (UFRJ), Raquel Giffoni (UFRJ), Christian Dantas (UFF) e Nathan Moore (Universidade de Connecticut), orientados pelos professores Henri Acselrad (UFRJ) e Fábio Reis Mota (UFF) – realizaram dez idas a campo^{xiv} para verificação da hipótese de possível conflito ambiental envolvendo pescadores artesanais do município de Magé e a Petrobrás^{xv}, na Baía de Guanabara.

Para além de uma investigação policial, o objetivo da ida a campo – e da pesquisa em si - era analisar através do contato direto, conversas e entrevistas, com os pescadores da região, fossem eles ligados a Ahomar ou não, como está à situação da pesca no município e os impactos da implementação dos gasodutos.

Buscou-se entender:

a) as características da pesca em Magé – currais, rede, caranguejeiros, arrasto;

b) seus principais personagens – pescadores antigos e novos pescadores, com análise sobre a história da degradação da Baía e seus impactos na pesca;

c) as redes, relações e estruturas de poder entre os pescadores, atravessadores, policiais/milícias;

d) o histórico de agravos ambientais na Baía, com a memória registrada em “Mapas Mentais” realizados por pescadores antigos.

e) diferenças sócio-espaciais, não só em relação a pesca, mas as disputas de poder envolvendo os pescadores, associação, colônia e o capital.

Não era nosso objetivo buscar informações sobre o assassinato do tesoureiro da Ahomar – sequer fazíamos menção a o caso - embora o assunto aparecesse em quase todas as conversas realizadas e os entrevistados temessem ser esse nosso real interesse.

Outra constatação importante a ser ressaltada foi à pré-disposição dos pescadores de Magé em serem ouvidos – terem voz. Estavam ávidos a contar tudo sobre o ocorrido ou tentar apoio para a luta pela reparação/compensação financeira que poderia estar por vir.

O conflito ambiental (ACSELRAD: 2004) se apresenta a partir do momento em que há disputa, dominação e apropriação dos recursos naturais pelo capital com direto impacto a subsistência de uma comunidade, impedindo o normal funcionamento de suas atividades sociais, econômicas e culturais.

A Baía de Guanabara sofreu, nas últimas décadas, inúmeros impactos ambientais, seja pela construção de cais e rodovias (Aterro do Flamengo, Avenida Brasil, Linha Vermelha, Niterói Maninha), a degradação de seus manguezais (dos 260km² originais restam menos de 82km²), a poluição industrial (são cerca de 14.000 indústrias localizadas na região da Baía) e os acidentes ambientais (como vazamento de óleo da Petrobrás em janeiro de 2000 – 1,3 milhões de litros).

Se não bastasse o atual estágio de degradação da Baía – segunda maior do Brasil e banhando sete municípios (além de drenar quinze) – o local continua sendo alvo preferido de grandes empresas que afetam de diversas formas seu ecossistema.

A Petrobrás, por exemplo, vem intensificando suas atividades na região desde o final dos anos 90, apesar da REDUC – Refinaria Duque de Caxias ter sido inaugurada em 1961. A empresa, sediada em Caxias, produz uma lista de produtos que são, ou que para sua produção precisam de componentes altamente tóxicos e danosos ao ambiente: óleos

básicos para lubrificantes, diesel, gasolina, GLP, nafta, querosene de aviação, parafinas, óleo combustível, aguarrás entre outros.

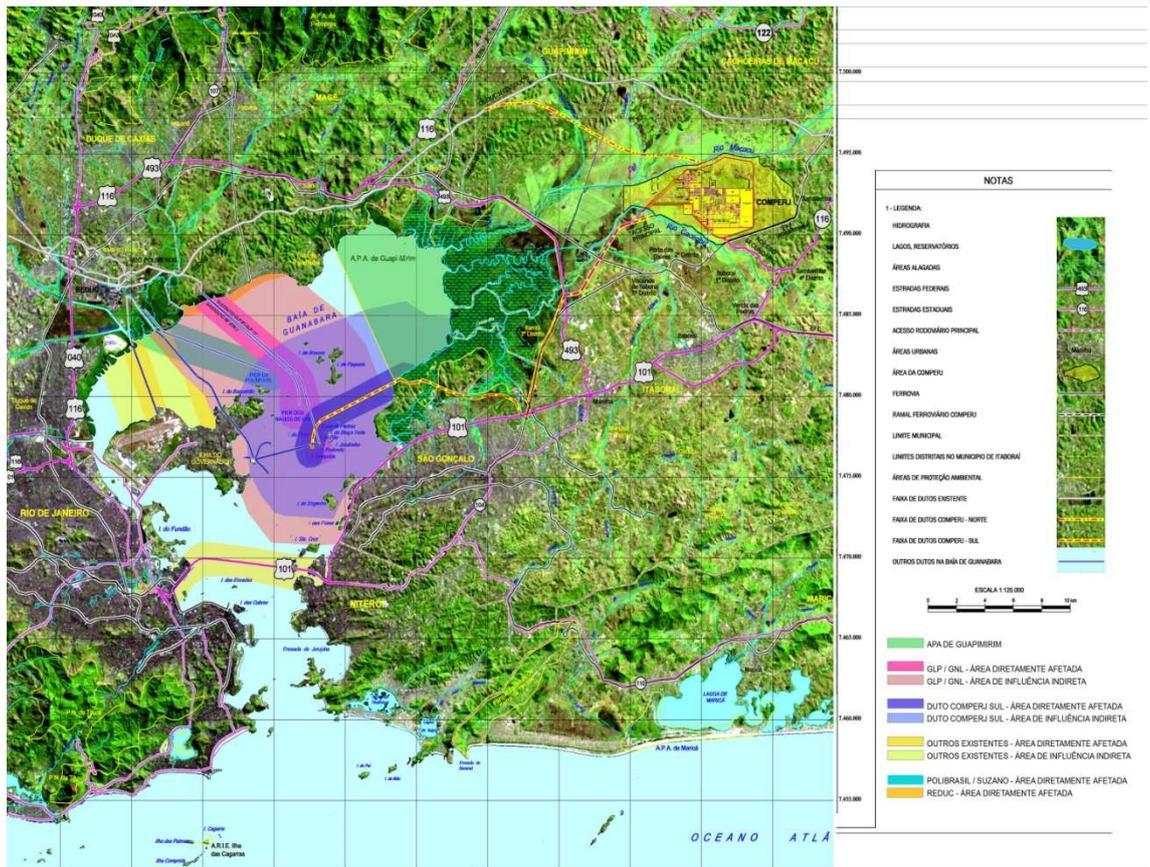
A empresa é hoje uma das principais responsáveis pelos impactos ambientais na região. Atualmente a própria REDUC está ampliando sua planta de Gás com a construção de quatro usinas que compõem o Plano de Antecipação da Produção de Gás (Plangás)^{xvi}. Além deste empreendimento estão previstas no licenciamento concedido pela FEEMA em Julho de 2008, o aumento da carga da Unidade de Craqueamento Catalítico 1250, produtora de gasolina e GLP; adaptação metalúrgica da Unidade de Destilação 1210 (para produção de Derivados Combustíveis), que permitirá o processamento de maior quantidade de petróleo nacional mais pesado, e a instalação de uma nova caldeira que ampliará a produção de vapor.

A instalação dos dutos de GNL e GLP, sob responsabilidade do consórcio GDK-Oceânica está gerando inúmeros conflitos no município de Magé, com impacto imediato na atividade pesqueira da região. Em 22 de Maio de 2009, após dias de protestos, com barqueata impedindo a colocação da tubulação o tesoureiro da Ahomar (Associação Homens do Mar) - uma associação de pescadores localizada na Praia de Mauá, em Magé - foi assassinado com cinco tiros na cabeça na porta de casa.

A pesca artesanal, de rede, linha, arrasto ou curral - este principalmente - está altamente prejudicada e com danos – segundo o RIMA do empreendimento – permanentes e irreversíveis para a atividade pesqueira.

Os próprios integrantes da Ahomar elaboraram um Mapa da Exclusão, que representa as áreas onde já não é mais possível realizar a pesca. Entre dutos, plataformas, APA, REDUC etc, sobra quase nada para a subsistência ou uso deste recurso natural para o comércio, por parte dos pescadores, não só de Magé, mas da Baía como um todo.

Como sentenciou um pescador em conversa às margens do rio Suruí “a Baía não é mais da Guanabara. Pode trocar o nome. Agora é Baía da Petrobrás.”



Mapa da Exclusão – Gentilmente cedido pelo presidente da Associação Homens do Mar (AHOMAR). Fica claro a grande limitação da área de pesca no interior da Baía.

Mas a tendência é que nos próximos anos – até 2012 e depois até 2020 – os problemas se agravem. O Plangás é nada menos do que uma futura demanda, já antecipada, do Complexo Petroquímico da Petrobrás – o Comperj – que está sendo construído no município de Itaboraí.

A escolha deste território pelo capital para exploração de seus recursos naturais não é ingênua. Trata-se de uma localização vulnerável, no sentido discutido por Acseirad (2006):

“A vulnerabilidade é uma noção relativa - está normalmente associada à exposição aos riscos e designa a maior ou menor susceptibilidade de pessoas, lugares, infra-estruturas ou ecossistemas sofrerem algum tipo particular de agravo.”.

Foram entrevistados pescadores^{xvii} de diferentes modalidades – rede, curral, traineira - nas localidades de Mauá/Olaria, Ipiranga/Limão, Piedade, Rio Roncador, Canal/Magé

Velho, Suruí e Barão de Iri – entre filiados e integrantes da diretoria da colônia Z-9 e da AHOMAR.

Tivemos a oportunidade de estar entrevistando também antigos pescadores da região que nos ajudaram a compor um mapa mental da pesca em um tempo anterior ao grande derramamento de óleo da Petrobrás em 2000, marco indiscutível para os pescadores do agravamento da situação da atividade pesqueira na Baía.

Uma primeira constatação importante a ser feita é que a luta pela reparação financeira dos danos causados ao ambiente, em relação ao vazamento da Petrobrás em 2000, ainda é objeto de disputa pelos pescadores em ação movida pela Colônia Z-9 e outra pela AHOMAR, contra a Estatal. Assim como o restabelecimento do pagamento do defeso. Este tema foi recorrente na maioria das entrevistas realizadas.

Ficou evidente a divisão entre os integrantes da AHOMAR e Colônia Z-9, não só no tocante ao relacionamento com a Petrobrás – e os consórcios, os processos que estão correndo, mas, sobretudo a forma de mobilização e luta pelos direitos exigidos.

Apesar de transparecer alguma insatisfação em relação aos impactos negativos – alguns permanentes e irreversíveis, como podemos ver no RIMA/EIA – o presidente da Colônia Z-9, pescador Aderbal, tem uma posição de diálogo e pró atividade junto à estatal e os consórcios.

Em uma de suas falas chega a afirmar que está buscando oferecer à GDK-Oceânica projetos de capacitação e geração de emprego e renda para os pescadores da região afetada.

Ainda, diferente de todos os demais entrevistados, mantém percepção distinta em relação ao papel da Petrobrás como grande causadora dos agravos que tem degradado a Baía de Guanabara; não só não cita a estatal como exemplifica “série de fatores” para explicar o atual estágio da pesca e do pescado na área.

Em entrevista com a Secretária da Colônia, Helen – filha do vice-presidente da entidade, pescador Sidney – nos revelou que o consórcio tem bom relacionamento com a unidade, tendo inclusive pago a reforma de sua sede, e que deve construir uma oficina de barcos nos fundos da casa.

Danos “temporários” e considerados de baixa gravidade aos pescadores de Magé já estavam previstos no EIA/RIMA apresentado e aprovado para a realização do empreendimento.

Em primeiro lugar chama atenção a qualificação dos técnicos que elaboraram o EIA/RIMA, e o que eles consideram como danos graves, médios ou baixos. Em segundo lugar é estranha a recomendação/reafirmação política do estudo, sobre os impactos negativos para economia fluminense – e brasileira – caso o projeto não seja realizado.

Por último, e talvez mais importante, é a verificação entre o que está no EIA/RIMA e o que está ocorrendo na região, a partir do anúncio da obra e sua implementação. Há uma série de questionamentos que podem ser feitos ainda no andamento da obra. E pode ser considerada de pouco científica a conclusão do relatório que considera:

“Com base nesta análise, entende-se que, de modo geral, a implantação e operação do Empreendimento, cumpridas as medidas e executados os programas ambientais apresentados nos estudos, não comprometerão a qualidade ambiental futura da região.

Concluimos que esse empreendimento pode ser considerado como viável em termos técnico, econômico, social e ambiental, proporcionando benefícios diversos que poderão concorrer para a melhoria da qualidade de vida das Regiões Sudeste e Sul do Brasil e, em especial, das populações locais dos municípios envolvidos.”

Conclusão

Falar sobre o futuro da urbanização e das cidades é coisa temerária. Mas não falar sobre o futuro é deserção. Não se trata do futuro, porque isso seria desmentir a sua definição, mas como tendência. (...)

*O futuro é formado pelo conjunto de possibilidades e de vontades, mas estas, no plano social, dependem do quadro geográfico que facilita ou restringe, autoriza ou proíbe a ação humana. Alcançar intelectualmente o futuro não é questão estatística, nem simples arranjo de dados empíricos, mas questão de método. **Milton Santos** A urbanização brasileira (1993).*

O objetivo deste estudo foi analisar dois casos específicos envolvendo a territorialidade de dois municípios do entorno da Baía de Guanabara, em áreas diretamente afetadas pelo setor petroquímico.

Os dois objetos de caso envolvem atores locais prejudicados por danos ambientais com conflito entre as partes envolvidas: população local x grandes empresas ou empreendimentos.

A neutralização da crítica ou a ausência de propostas alternativas para um desenvolvimento econômico baseado em outras matrizes, ou outras maneiras, da exploração dos recursos naturais é marca do Estado do Rio de Janeiro na passagem do século XX para o XXI.

O poder público aliado a esfera privada direciona os rumos da economia a investimentos pesados em indústrias poluentes, em fontes de energia de matrizes fósseis,

na perigosa e cara alternativa nuclear e o mais grave, na dependência econômica de nosso estado a exploração do Petróleo, o uso de seus royalties.

É preciso, ao contrário, buscar um dinamismo econômico e pensar um Estado do Rio com maneiras alternativas de trilhar o caminho do crescimento econômico e da distribuição de renda.

Hoje a Baía de Guanabara, que outrora foi território constante de baleias, golfinhos e grande diversidade de vida marinha, é praticamente uma zona morta. Mas ainda assim é fonte de economia e subsistência de um grande número de moradores.

Mesmo com os inúmeros investimentos na despoluição da Baía, a situação ainda é gravíssima e, agora, o lixo industrial, hospitalar, o esgoto e o óleo das embarcações disputa lugar na degradação do território com inúmeras plataformas de petróleo e gás e dutos submarinos que re-configuram o mapa da região, com uma nova realidade para a vida dos moradores.

A luta dos pescadores de Magé, por exemplo, não é apenas uma luta contra uma obra, ou um grande empreendimento, é a luta pela sobrevivência de uma categoria. A tendência é que não existam mais pescadores na região. Como se pode observar no *Mapa da exclusão da pesca* são hoje mínimas as possibilidades de pesca na Baía. Muitos pescadores já desistiram e mudaram de profissão.

Porém, enquanto perdurar a injustiça sempre haverá espaço para a resistência. Partilho da tese de que:

“é nas áreas de maior privação socioeconômica e/ou habitadas por grupos sociais e étnicos sem acesso às esferas decisórias do Estado e do mercado que se concentram a falta de investimento em infra-estrutura de saneamento, a ausência de políticas de controle dos depósitos de lixo tóxico, a moradia de risco, a desertificação, entre outros fatores, concorrendo para suas más condições ambientais de vida e trabalho.

Para designar esse fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais, tem sido consagrado o termo injustiça ambiental. Como contraponto, cunhou-se a noção de justiça ambiental para denominar um quadro de vida futuro no qual essa dimensão ambiental da injustiça social venha a ser superada. Essa noção tem sido utilizada, sobretudo, para constituir uma nova perspectiva a integrar as lutas ambientais e sociais.” (Acselrad, Campello do A., Mello: 2009)

No caso da Baía de Guanabara e das injustiças ambientais neste território é fundamental que se acompanhe a luta por justiça ambiental em uma realidade de disputa de poderes desiguais entre grandes empresas, e empreendimentos, e a população local.

É preciso estudos acadêmicos sérios e pesquisas que aproximem a realidade vivida por esses moradores, os impactos ambientais e que se dê voz a luta dessa parcela oprimida da sociedade civil.

Bibliografia

ACSELRAD, H.; CAMPELLO, C.; BEZERRA, G., organizadores. - **Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. CAMPELLO, C.; BEZERRA, G., organizadores. **O que é Justiça Ambiental?** 1º. Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

_____. **Vulnerabilidade ambiental, processos e relações**. Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, 24/8/2006.

CASTRO, R. **O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ: considerações sobre os Conflitos Ambientais no município de Itaboraí**. Monografia de pós-graduação. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ. 2008.

GIULIANI, G. M. **As áreas naturais protegidas e a responsabilidade social e ambiental das empresas: o caso do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense e do Comperj**. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 16, p. 21-37, jul./dez. 2007. Editora UFPR.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasil; 2003. <http://pnud.org.br/atlas>

SANCHEZ, F.; AMARAL, D. V.; BIENENSTEIN, R; REIS, E. P. D. **O Leste Fluminense e o COMPERJ: atores, consensos e conflitos num território em transformação**. In: XIII Encontro Nacional da ANPUR, 2009, Florianópolis. Anais do XIII ENANPUR, 2009.

SÁNCHEZ, F.; BIENENSTEIN, R.; AMARAL, D. V.; REIS, E. P. D. **Atores, projeto regional e uma nova perspectiva de territorialização frente à chegada do COMPERJ**, Rio de Janeiro, Brasil. In: XII Encuentro de Geógrafos de América Latina - XII EGAL, 2009, Montevideo. XII EGAL. Montevideo, 2009.

SANTOS, P. **DO ENCANTO AO DESENCANTO: Mudanças na percepção do projeto do COMPERJ pela vizinhança do empreendimento**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense - UFF. 2006.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

PLANGÁS http://www.petrobras.com.br/pt/meio-ambiente-e-sociedade/preservando-meio-ambiente/licenciamento-ambiental/downloads/pdf/rima_cabiumas.pdf

EIA/RIMA do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). 2007 <http://www.comperj.com.br/Util/pdf/rima.pdf>

ⁱ Uma parte desse estudo foi apresentada ao IPPUR/UFRJ, como requisito mínimo para obtenção do grau de especialista em Política Urbana e Regional. Outra parte trata-se da continuação da pesquisa inicial, agora no Projeto “Conflitos sócio-ambientais na Baía de Guanabara: ações coletivas e demandas de reparação e direitos nas comunidades de pesca de Magé/RJ.”; orientada pelo professor Dr. Henri Acselrad.

ⁱⁱ Sobre o assunto ver: Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local / Henri Acselrad, Cecília Campello do Amaral Mello, Gustavo das Neves Bezerra, organizadores. - Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

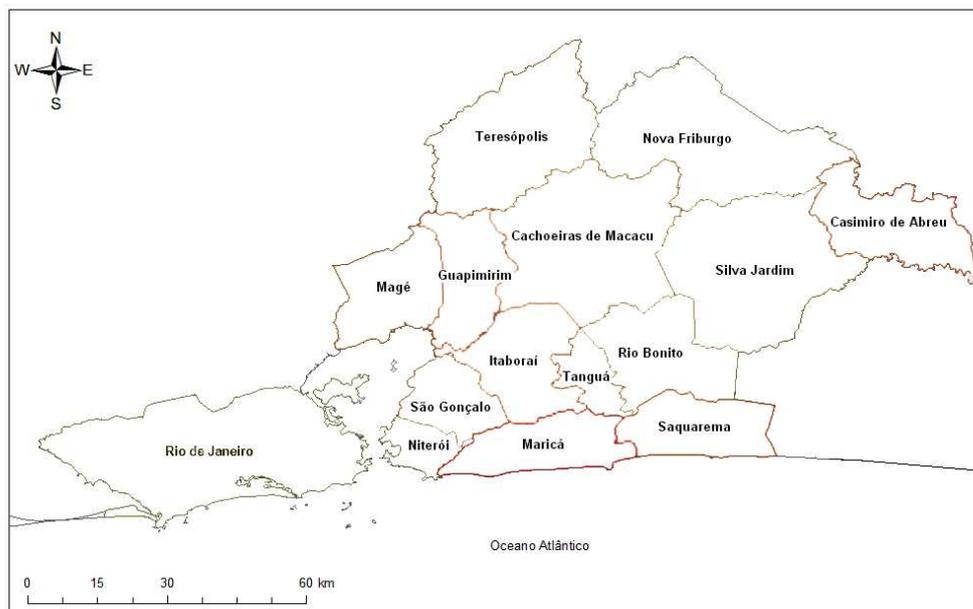
ⁱⁱⁱ Objetivos de Desenvolvimento do Milênio | Itaboraí linha-base 2000 / 2006 | Relatório de Acompanhamento – disponível em www.unhabitat.org/pmss/getElectronicVersion.aspx?nr=2773&alt=1

^{iv} Petrobras acha óleo leve no Pré-Sal da Bacia de Campos, Globo, 08/06/2007, [3] □ ↑ OLIVEIRA, Nielmar, 02/09/2008, “Petrobras inicia produção na região do pré-sal”, Agência Brasil.

v <http://www.comperj.com.br/Util/pdf/rima.pdf>

^{vi} **Área de abrangência dos impactos do Comperj**

Municípios do COMPERJ



Fonte: Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - CIDE

^{vii} Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil. Brasil; 2003. <http://pnud.org.br/atlas>

^{viii} Os municípios de Itaguaí, Mangaratiba e Maricá, que faziam parte da região metropolitana (conforme a primeira legislação), foram posteriormente excluídos.[7]

Entretanto, para fins estatísticos (PIB e dados demográficos), o IBGE continua a incluí-los.[1] O município de Mesquita não teve IDH-M estimado pois foi criado ao final de 1999, ocasião à qual se emancipou de Nova Iguaçu.

ix “Além do Programa de Comunicação e Responsabilidade Social que comporá o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (Rima), a Petrobras, baseada em suas políticas e diretrizes de responsabilidade socioambiental, elaborou um Plano de Relacionamento do Comperj que prevê ações para o desenvolvimento sustentável local e a prática do diálogo permanente. Disponível em <http://www2.petrobras.com.br/portal/frame.asp?pagina=/Petrobras/portugues/comperj.asp&area=apetrobras&lang=pt> Para informações de iniciativas do plano ver: http://www2.petrobras.com.br/petrobras/portugues/pdf/projetos_de_patrocio2.pdf

^x Também são importantes os trabalhos de Rafaelle Castro: Considerações sobre conflitos ambientais na região metropolitana do Rio de Janeiro: o município de Itaboraí e o Complexo Petroquímico; Pedro da Silva Santos: Do encanto ao desencanto: Mudanças na percepção do projeto do COMPERJ pela vizinhança do empreendimento; e Gian Mario Giuliani: As áreas naturais protegidas e a responsabilidade social e ambiental das empresas: o caso do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense e do Comperj.

^{xi} Derramamentos de óleo tem degradado a Baía de Guanabara há pelo menos 50 anos.

^{xii} Estadão 25/05/2009. Entrevistas realizadas durante o campo também sustentam a tese de que a tensão entre pescadores e o consórcio responsável pela obra vinha aumentando.

xiii Foi possível perceber rapidamente um conflito de interesses entre pescadores ligados a AHOMAR e pescadores ligados a Colônia de Pescadores.

xiv Trabalho de campo realizado como parte do cronograma do Projeto de Pesquisa Conflitos sócio-ambientais na Baía de Guanabara: ações coletivas e demandas de reparação e direitos nas comunidades de pesca de Magé/RJ. Coordenador Henri Acsehrad.

xv No caso a concessionária responsável pelas obras da estatal no local.

^{xvi}http://www.petrobras.com.br/pt/meio-ambiente-e-sociedade/preservando-meio-ambiente/licenciamento-ambiental/downloads/pdf/rima_cabiumas.pdf